



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Praça Desembargador Edgard Nogueira. S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

PROCESSO : 0010108-71.2022.6.18.8000
INTERESSADO : NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO DE CONTRATOS
ASSUNTO :

Decisão nº 984 / 2022 - TRE/PRESI/DG/ASSDG

Trata-se da contratação do "Curso Online: Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização na Forma IN 05/MP/2017, incluindo as inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021", para capacitação de onze servidores deste Tribunal, com carga horária de 20 horas.

Verifico que a proposta da empresa segue acompanhada de currículo dos ministrantes e cinco notas de empenho, que demonstram a consonância do preço cobrado com o praticado pela empresa junto ao mercado, e ainda, certidões que atestam a situação da pessoa jurídica perante os órgãos de fiscalização federal.

Observo, ademais, que as notas de empenho acostadas aos autos demonstram não apenas que a empresa proponente está praticando preço compatível com o cobrado de outros órgãos federais, como também comprovam a notoriedade da empresa ao ministrar o curso de segurança da informação e privacidade, já que todas essas contratações de processaram de forma direta.

Nesses casos, como já assentado pela jurisprudência e doutrina especializada, o pressuposto lógico da licitação não se faz presente, qual seja, a competitividade, uma vez que o curso será ministrado por pessoas de notória capacidade e experiência, e considerando que, conforme projeto básico do curso em comento, o servidor, ao final, estará capacitado a "empregar de forma integrada os conhecimentos legais, doutrinários e jurisprudenciais em articulação com as boas práticas de gestão necessárias à eficiente fiscalização de contratos de serviços terceirizados"..

Constato, ademais, que existem recursos para custear a despesa com a contratação, no valor total de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), como atesta a unidade financeira deste Tribunal.

Diante de tudo o que foi relatado, restando evidente a inviabilidade de se realizar procedimento licitatório, determino a adoção de providências visando à contratação direta da empresa ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA, para ministrar o "Curso Online: Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização na Forma IN 05/MP/2017, incluindo as inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021", tendo como público-alvo onze servidores deste Tribunal, na modalidade Ensino a Distância, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/1993, por meio de simples nota de empenho de despesa, projeto básico e demais documentos constantes dos autos, conforme autorização contida no art. 62 da Lei n 8666/93, devendo, antes, ser atualizado o certificado de regularidade do FGTS da empresa, como recomendado pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral.

Registro que a despesa seguirá a fórmula delineada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

Desembargador JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

Presidente do TRE/PI, em exercício

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DESPACHO – PRESIDENTE

(SEI 0010462-96.2022.6.18.8000)

RATIFICO, para os fins do artigo 26, da Lei n.º 8.666/1993, e suas posteriores alterações, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com arrimo no art. 25, II c/c art. 13, VI, do referido diploma legal.

Deixe-se certo que a contratação importará no pagamento da quantia de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) à empresa ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA, para ministrar, *na modalidade EaD*, o "Curso Online: Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização na Forma IN 05/MP/2017, incluindo as inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021", com carga horária de 20 (vinte) horas/aula, a onze servidores do TRE/PI.

Cumpra-se.

Desembargador JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

Presidente do TRE/PI, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **José James Gomes Pereira, Presidente, em exercício**, em 11/07/2022, às 09:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1582685** e o código CRC **B4405A1A**.

0010108-71.2022.6.18.8000

1582685v6